

PROJETOS DE MORTE NA SERRA NORTE DE PUEBLA (MÉXICO): A geofagia capitalista avança sobre o comum

Otávio Gomes Rocha ¹

Resumo

A região denominada Serra Norte de Puebla, localizada na porção centro-oriental mexicana atualmente vive, com a territorialização dos interesses da indústria extrativa, a maior ameaça de sua história. Trata-se de uma região que concentra altíssimos índices de diversidade ecológica. Apesar disso, consiste em uma das zonas rurais mais habitadas do país. A construção prática de uma economia do cuidado realizada pelos povos camponeses indígenas nahuas e totonacos habitantes da região não é gratuita, ao contrário, resulta de processos históricos de lutas socioterritoriais que possui pontos chave em determinados momentos. Neste trabalho abordaremos com mais profundidade o caso das ameaças territoriais sofridas pelo povo maseual (ou nahua) da porção Nororiental da Serra Norte de Puebla. Ademais, buscaremos compreender, de forma geral, o processo de r-existencia nos marcos das lutas pelo “comum”, entendendo-o como categoria geohistórica e crítica ao capital, capaz de construir mundos de vida alternativos à modernidade capitalista.

Palavras-chave: geofagia, projetos de morte, povos indígenas

Introdução:

Nos últimos 40 anos, as mobilizações camponesas no México vivenciaram diferentes ciclos de luta, resumíveis de forma simples no seguinte esquema: a luta pela terra nos anos 70, a produção econômica nos anos 80, os direitos autonômicos indígenas nos anos 90, a reorientação do modelo agropecuário nos primeiros anos do século XXI e o movimento pela transformação do regime político ao longo da primeira década (ainda que estas etapas não são exatamente subsequentes ou autoexcludentes (BARTRA, 2016). Entretanto, pode-se dizer que nos últimos anos está ganhando definição uma nova etapa do movimento camponês: a defesa territorial dos bens comuns. Este novo ciclo de lutas está marcado pelo contexto de revitalização intensificada do despojo de um capitalismo colonial onde as grandes corporações transnacionais se caracterizam como atores antagônicos.

A região denominada Serra Norte de Puebla, localizada na porção centro-oriental mexicana atualmente vive, com a territorialização dos interesses da indústria extrativa, a maior ameaça de sua história. Trata-se de uma região que concentra altíssimos índices de diversidade ecológica e configura centro de origem genética de importantes espécies vegetais e animais,

¹ Estudante de doutorado em Desenvolvimento Rural na *Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco*. E integrante do Coletivo Encontra. E-mail: otaviogr@gmail.com

como a baunilha e a abelha mexicana (*Pisilnekmej* ou *Scaptotrigona mexicana*). É uma zona de transição climática do temperado seco ao tropical úmido, e possui variedades de altitude que vão dos 500 aos 2500 metros sobre nível do mar, vegetação secundária de selva subperenifólia nas áreas mais úmidas e bosques de pinheiro e carvalho nas regiões mais altas.

No entanto, apesar da densa biodiversidade e contrariando as perspectivas ambientalistas conservadoras, consiste em uma das zonas rurais mais habitadas do país. Ao adentrar em seus bosques, percebe-se que aquilo que de longe se parece a ecossistemas intocados pela atividade humana são, na verdade, complexos sistemas de agroecossistemas florestais densamente habitados. A construção prática de uma economia do cuidado realizada pelos povos camponeses indígenas nahuas e totonacos habitantes da região não é gratuita, ao contrário, resulta de processos históricos de lutas socioterritoriais que possui pontos chave em determinados momentos.

A partir de 2012, quando se inicia o período presidencial de Henrique Peña Nieto, à raiz de reformas legislativas estratégicas de cunho neoliberal para flexibilização dos princípios legais sobre a apropriação de recursos naturais pelo capital estrangeiro, sai a luz pública a informação de que grande parte do território nacional (aproximadamente 18%) se encontra concessionado para mineração, concessões das quais mais de 70% pertence a empresas de capital estrangeiro, principalmente canadense. Sobre a Serra Norte de Puebla, recaem 440 concessões, totalizando 66% de seu território. Tratam-se de atividades mineradoras conhecidas como “a céu aberto”, quer dizer, que trabalham com concentrações muito baixas de minerais preciosos (em torno de 0,5% de mineral obtido por quantidade de rocha extraída) e empregam uso de técnicas extremamente destrutivas e contaminantes, com uso abusivo de água e liberação de toxinas como cianureto e mercúrio ao ambiente.

Neste trabalho abordaremos com mais profundidade o caso das ameaças territoriais sofridas pelo povo maseual (ou nahua) da porção Nororiental da Serra Norte de Puebla. A intenção do trabalho busca afastar-se do detalhamento sobre as estratégias de luta que se levam a cabo na região, para evitar o fornecimento de informações estratégicas que podem ter usos inoportunos e acabar, sem querer, fazendo o “trabalho sujo” para o mapeamento contra-insurgente. Contudo, buscaremos alguns pontos-chave que podem contribuir com as discussões das lutas socioambientais latino-americanas e dialogar com outros processos de igual natureza. Ademais, buscaremos compreender, de forma geral, este processo de r-existencia (PORTO-GONÇALVES, 2006) nos marcos das lutas pelo “comum”, entendendo-o como categoria

geohistórica e crítica ao capital, capaz de construir mundos de vida alternativos à modernidade capitalista.

Face territorial do neoliberalismo: projetos de morte na Serra Norte de Puebla (México)

A região denominada Serra Norte de Puebla, localizada na porção centro-oriental mexicana atualmente vive, com a territorialização dos interesses da indústria extrativa, a maior ameaça de sua história. Trata-se de uma região que concentra altíssimos índices de diversidade ecológica e configura centro de origem genética de importantes espécies vegetais e animais, como a baunilha e a abelha mexicana (Pisilnekmej ou *Scaptotrigona mexicana*). É uma zona de transição climática do temperado seco ao tropical úmido, e possui variedades de altitude que vão dos 500 aos 2500 metros sobre nível do mar, vegetação secundária de selva subperenifólia nas áreas mais úmidas e bosques de pinheiro e carvalho nas regiões mais altas.

No entanto, apesar da densa biodiversidade e contrariando as perspectivas ambientalistas conservadoras, consiste em uma das zonas rurais mais habitadas do país. Ao adentrar em seus bosques, percebe-se que aquilo que de longe se parece a ecossistemas intocados pela atividade humana são, na verdade, complexos sistemas de agrocultivos florestais densamente habitados. Dessa relação que desenvolve populações camponesas e indígenas para a criação de habitats onde a atividade humana convive e potencializa os processos naturais, criou-se no México o conceito de bioculturalidade, ou “territórios bioculturais” (BOEGE, 2008).

A manutenção do modo de vida que permite a convivência saudável entre as atividades sociais produtivas e os processos naturais e a manutenção da biodiversidade parte de uma diferente forma de compreender o mundo, ou uma cosmovisão própria, que afirmamos cientes da tendência à romantização do termo quando apropriado pela academia. Contudo, a construção prática de uma economia do cuidado realizada pelos povos camponeses indígenas nahuas e totonacos habitantes da região não é gratuita, ao contrário, resulta de processos históricos de lutas socioterritoriais que possui pontos chave em determinados momentos. Pode-se dizer que, em relação a luta dos povos pela defesa do território, a Serra Norte de Puebla atravessa atualmente o momento mais crítico de sua história.

A partir de 2012, quando se inicia o período presidencial de Henrique Peña Nieto, à raiz de reformas legislativas estratégicas de cunho neoliberal para flexibilização dos princípios legais sobre a apropriação de recursos naturais pelo capital estrangeiro, sai a luz pública a

informação de que grande parte do território nacional (aproximadamente 18%) se encontra concessionado para mineração, concessões das quais mais de 70% pertence a empresas de capital estrangeiro, principalmente canadense. Sobre a Serra Norte de Puebla, recaem 440 concessões, totalizando 66% de seu território. Tratam-se de atividades mineradoras conhecidas como “a céu aberto”, quer dizer, que trabalham com concentrações muito baixas de minerais preciosos (em torno de 0,5% de mineral obtido por quantidade de rocha extraída) e empregam uso de técnicas extremamente destrutivas e contaminantes, com uso abusivo de água e liberação de toxinas como cianureto e mercúrio ao ambiente.

Ademais de todo tipo de infraestrutura adicional que se faz necessária para a implantação de obras dessa magnitude, este tipo de megaempreendimento requer o consumo de grandes quantidades de energia, o que explica a tendência de que venham acompanhados por numerosos projetos de geração e infraestruturas de circulação de eletricidade. Nos últimos anos, mais de uma dezena de empreendimentos hidroelétricos foram anunciados na região, todos eles associados à voracidade energética mineira (ainda que discursivamente este fato tende a ser ocultado por seu caráter politicamente incorreto). Como se já não bastasse, as zonas baixas da serra que as dividem dos estados de Veracruz e San Luis Potosí, são áreas de potencial hidrocarburífero, com histórico intenso de exploração de petróleo e gás nas últimas décadas. O esgotamento, fator comum a outros territórios petrolíferos, levou ao desenvolvimento da técnica de fratura hidráulica (fracking) para exploração de zonas profundas de baixa concentração de hidrocarbonetos. Esta técnica é mundialmente conhecida pelo caráter contaminante e potencial destrutivo que possui, sendo proibida em diversos países do mundo.

Para dimensionar com mais precisão o contexto mencionado, detalharemos um pouco as atividades extrativas na SNP.

Mineração

Em 2012, se fizeram públicos alguns documentos a partir da intervenção de organizações da sociedade civil que denunciaram a existência de uma infinidade de polígonos no mapa do país, que representam recortes territoriais assignados à atividade mineradora. Já se viam o crescimento das concessões a grupos empresariais de capital estrangeiro desde a década de 1990, quando se reformou a Lei Mineira nos marcos da neoliberalização da economia nacional. Entretanto, nos últimos anos se observa um crescimento vertiginoso de concessões

outorgadas. Estas concessões destinadas a empresas majoritariamente estrangeiras possuem diversos tipos de isenções fiscais, têm validade de até 50 anos e já constituem aproximadamente 20% do território nacional.

As concessões localizadas na SNP somam um total de 169 mil hectares. Tratam-se de 440 concessões, quase todas designadas a empresas de capital canadense, chinês e mexicano (IMDEC, 2015). Os projetos de exploração mineral devastariam, em impacto direto, aproximadamente 20% do território da serra, tornando impraticável a vida na região (Regenarión, 2015). Devido à baixa concentração de minerais preciosos, que requer a técnica conhecida popularmente como mineração “a céu aberto”, emprega-se maquinaria pesada, explosivos e, enfim, quantidades monstruosas de água e reativos químicos como cianureto e mercúrio.

72% das concessões na região está em mãos de uma única empresa, a Almaden Minerals Ltd. Que recebeu permissão sobre 13% do total da superfície da serra (La Jornada de Oriente, 2016). Um relatório técnico publicado pela empresa sobre um dos projetos que ocuparia 14 mil hectares do município de Ixtacamaxitlán revela que somente a planta de processamento de ouro e prata por flutuação seria de 30 mil toneladas por dia durante 12 anos (Grieta, 2016). A canadense Almaden Minerals, em diferentes momentos, tem utilizado subsidiárias e filiais com distintos nomes sociais (como Minera Gorrión e Minera Gavilán) para submeter solicitações de exploração, simulando que não se trata da mesma companhia.

Nos últimos anos vêm ocorrendo frequentes denúncias² sobre a atuação da mineradora em Ixtacamaxitlán, cujas práticas revelam o abuso e intimidação aos habitantes que se manifestam contrários ao projeto. As práticas da empresa incluem invasão de terrenos de propriedade privada sem permissão, intimidação, ameaça e difamação contra as organizações que se opõem a seus projetos.

No município de Zautla, também localizado na zona alta da serra, o grupo empresarial chinês JDC Minerals recebeu concessão para exploração mineral no Cerro La Lupe, na localidade de Tlamanca. A resposta social foi imediata. Logo do início dos trabalhos da empresa, mais de 5 mil pessoas se reuniram e se dirigiram às instalações da mina, onde anunciaram que os empresários e trabalhadores tinham 24 horas para encerrar os trabalhos e

² O informe “Minería canadiense en Puebla y su impacto en los derechos humanos” (2017) realizado por organizações civis reuni informação técnica sobre os impactos e as denúncias já realizadas em Ixtacamaxitlán.

deixar a localidade. A contundência da rejeição popular à obra não deixou outra possibilidade que não fosse sua suspensão.

Rostros curtidos por el sol, el polvo y el frío que cala los huesos de esta serranía central poblana, cargando sus casi unánimes mantas y pancartas de repudio a la mina, escritas lo mismo en náhuatl que en chino – que para eso sirve el ‘traductor de Google’ – los zautlecos fueron encabezados por su alcalde en su caminata al cerro. (...) También llevaron las actas que levantaron en cada una de las comunidades con varias centenas de firmas de sus habitantes para que a nadie le queda duda y lo oigan en “Los Pinos y en Casa Aguayo”, que aquí se pronunciaron por la vida, por la defensa de sus recursos naturales. (OCMAL, 2012)

Também foi em 2012 quando se deu a conhecer o projeto “Mina Espejera” no município de Tetela de Ocampo, pertencente à empresa Frisco, de Carlos Slim (homem mais rico do México). Neste ano, apresentou-se ante SEMARNAT (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais) o estudo de impacto ambiental, que foi aprovado com a condicionante de realização de consultas públicas e aprovação da população local. Entretanto, as ações que tomaram os agentes da empresa não respeitaram as condições previstas legalmente para desenvolver as atividades exploratórias pretendidas. Em outubro daquele ano, um contingente de mais de 5 mil pessoas, habitantes das comunidades de Tetela, fecharam por sua própria conta as instalações da mina. Se conformou uma associação civil que vêm carregando a luta judicial contra a imposição do projeto.

Na região *nororiental* da serra, especificamente nos municípios de Tlatlauquitepec, Yaonáhuac e Cuetzalan del Progreso, a companhia mexicana Autlán Minerals recebeu da SEMARNAT e da Secretaria de Economia a autorização para exploração mineral a partir de um projeto que ocuparia mais de 7 mil hectares. As zonas concessionadas se localizam no terço médio da bacia do rio Apulco, que se caracteriza pelo seu potencial hídrico e responsável por abastecer quase a totalidade do município de Cuetzalan del Progreso e outros municípios da região. Nesse sentido, e no marco de um ordenamento territorial constituído legalmente no município mencionado, a partir de intensa mobilização popular, se formalizou política e juridicamente a rejeição a qualquer projeto de exploração mineral de grandes proporções.

Hidroeletricidade

A mineração a céu aberto, além de empregar explosivos, maquinaria pesada e reativos extremamente tóxicos, requer enorme quantidade de água e abastecimento energético. Para cada grama de ouro extraída, se necessita utilizar 380 litros de água e 43.6 kw de energia elétrica. Sua voracidade de água e energia faz com que quase sempre a imposição de uma mina a céu aberto venha acompanhada de projetos hidráulicos e energéticos. Com isso, a Serra Norte de Puebla tem enfrentado nos últimos anos o convívio com diversos empreendimentos hidroelétricos projetados sobre seus rios mais importantes.

A partir da década de 2010, com a Reforma Energética e em um contexto de elevação do preço do petróleo no mercado mundial, se incluiu no setor privado numa suposta transição a uma “era pós-petróleo”, criando diversos incentivos para a geração de “energias renováveis”. As pequenas centrais hidroelétricas aparecem no contexto como uma das principais alternativas neste ramo de investimento. Trata-se de uma tecnologia que aproveita o relevo acidentado das regiões serranas ou rios de montanha, evitando a construção grandes represas. Entretanto, para serem produtivos, estes projetos requerem a instalação de várias unidades de geração de energia e, em alguns casos, a canalização de rio por dezenas de quilômetros. “En lugar de colocar las turbinas inmediatamente debajo de la represa, se entuba el agua del río que recorre así varios kilómetros antes de mover la turbina en una casa de máquinas; así se aprovecha la fuerte desnivelación para aumentar la fuerza motriz del agua” (Boege et al, 2017).

Em todos os principais rios da Serra Norte de Puebla existem projetos como estes. Planeja-se a construção de – ao menos – dez pequenas centrais hidroelétricas nas bacias dos rios Apulco, Zempoala, Xoloco, Ateno e Ajajalpan, além de remodelações e ampliações daquelas que operam através de represas construídas em décadas passadas. Os principais projetos hidrelétricos na serra são: *Central Hidroeléctrica Puebla 1, Proyecto Hidroeléctrico San Antonio, Central Hidroeléctrica Xochimilpa, Proyecto Hidroeléctrico Atexcaco, Sistema Hidroeléctrico Río Apulco, Proyecto Hidroeléctrico Gaya.*

A viabilidade dos megaprojetos na região depende também da implementação de obras infraestruturais para a circulação de minerais extraídos e energia elétrica, como gasodutos, oleodutos, minerodutos, linhas de transmissão e subestações elétricas. Na Serra Nororiental, a Comissão Federal de Eletricidade (CFE) tentou impor a implantação de um projeto de uma linha de alta tensão de 115 KV entre os municípios de Ayotoxco de Guerrero e Cuetzalan del Progreso, onde também construiria uma subestação elétrica. Este projeto, que segundo a CFE, supostamente serviria para abastecer de energia elétrica as comunidades indígenas e

camponesas do município, se encontra estrategicamente localizada entre o projeto Sistema Hidrelétrico do Rio Apulco (que planeja transportar a energia produzida em tensão de 115 KV), as zonas de concessão mineira da empresa Autlán, e as zonas de licitação petroleira para exploração através de técnica não convencional (*fracking*). Trata-se, pois, de um nó estratégico de interconexão das redes infraestruturais para possibilitar os empreendimentos extrativos (Durán, 2016).

Fracking

As informações oficiais sobre as perfurações de fratura hidráulica em reservatórios não convencionais são cheias de incertezas e confusões. É difícil saber quando se tratam de poços de fratura hidráulica ou outras técnicas e quando se tratam de reservatórios de convencionais ou não convencionais (formações de xistos betuminosos). A diferenciação é importante pois as perfurações de *fracking* em formações não convencionais são ainda mais arriscadas e contaminantes. Além disso, a exploração das formações não convencionais requer quantidades de água muito superiores (16 vezes) que os reservatórios convencionais (ALIANZA MEXICANA CONTRA EL FRACKING, 2015: 25).

A partir de informações da Comisión Nacional de Hidrocarburos (CNH), menciona-se que, até o ano de 2014, já se havia perfurado na SNP 1137 poços de exploração de hidrocarbonetos, totalizando 233 poços em que se aplicou a técnica de fratura hidráulica. Não existe informação clara sobre quantos deles se tratam de reservatórios não convencionais. O território da Serra é afetado pelas “rondas”³ 0, 2 e 3 sobre quatro grandes bacias hidrográficas (Rios Czones, Nautla, Tecolutla e Tuxpan). Entre as rondas já licitadas, são diretamente afetados 14 municípios da região, sendo que em 13 deles já se sabe que a extração ocorrerá em reservatórios não convencionais.

Toda a região caracterizada como zona baixa da serra está incluída em um grande plano nomeado Proyecto Regional Poza Rica-Altamira y Aceite Terciario del Golfo 2013-2035, apresentado em 2014 por PEMEX. Somente na Serra Norte de Puebla se inclui 36 municípios, sendo que 13 deles têm 100% da área de seu território dentro das zonas de projeto, e outros

³ As “rondas” são etapas da licitação de áreas para exploração hidrocarbonífera.

cinco, mais de 90%. Basicamente toda a zona baixa da Serra está destinada à atividade de extração de gás e petróleo via *fracking*.

A rasgos gerais, este cenário “extrativo” é apontado como a maior ameaça conhecida na história da região, e representa entraves reais para a continuidade da vida dos povos que a habitam. A partir deste panorama, conformaram-se nos últimos anos diversos processos de luta localizados, associados a conflitos gerados pela tentativa de imposição de alguns desses projetos, ao mesmo tempo em que se cria e se fortalecem diversas redes entre atores inseridos nos contextos de mobilização e organização social. A nomeação de um conselho integrado por diversas organizações comunitárias, movimentos sociais e entidades cooperativas, com fins de articular as lutas localizadas contra os megaprojetos extrativos, representa o teor do contexto de mobilização, gerando novas territorialidades de luta. A consciência sobre a necessidade de defender a totalidade da região, independentemente de serem zonas distantes de seus locais de vida, gera redes de solidariedade que se atualizam e se recriam à medida em que os processos se intensificam.

A geofagia capitalista e o território do *comum*

O cenário que enxergamos na Serra Norte de Puebla é, na atualidade, manifesto em todo o continente: megaprojetos do grande capital são os principais responsáveis pelos conflitos por território que recai sobre povos indígenas, camponeses, comunidades tradicionais, etc. Vivemos, nas palavras de Armando Bartra (2016a p. 169), uma época de excepcional intensificação do roubo e expropriação de recursos naturais territorializados, que caracteriza a geofagia capitalista cuja base refere-se a uma grande “crise de escassez” multidimensional e civilizatória. O contrassenso deste fenômeno assenta no fato de que o capital, mesmo sendo um sistema baseado na acumulação pela própria acumulação e na financeirização fluida e ubíqua, tende, em momentos de crise, a reanimar sua voracidade pelas terras e recursos naturais e repetir o necessário ciclo da separação primária entre produtores e meios de produção, tarefa que não pode executar sem o uso extremo da violência.

Para su desgracia, el capital no puede fabricar naturaleza ni fabricar personas, cuya reproducción responde a lógicas socioeconómicas externas a los circuitos del gran dinero, de modo que éste tiene que someterlos una y otra vez por la violencia. (...) lo que el sistema no puede producir como mercancía debe transformarlo en mercancía.

Y dado que la vida resiste (la sociedad se defiende de la mercantilización y de paso defiende a la naturaleza), esta monetarización se opera por la fuerza, por una violencia como la originaria pero permanente, es decir, primaria y estructural. (BARTRA, 2016A p. 170)

Falamos de um processo de acumulação primitiva permanente que se refere às mediações realizadas pela reprodução capitalistas com seus fatores externos, indispensáveis para a realização do mesmo, que apresenta algumas manifestações fundamentais, como 1) a sobre-exploração do trabalho realizada violentamente através da escravidão moderna e contemporânea e através do trabalho não assalariado camponês e do trabalho doméstico feminino (subsunção material), ou seja, a necessidade do capitalismo de expropriar trabalho não capitalista, ou não assalariado, para sustentar-se; 2) o aspecto contínuo da renda da terra, sobre-lucro que nasce e depende da especulação sobre recursos naturais escassos (BARTRA, 2016b, p. 146).

Em relação ao primeiro aspecto, a exploração do trabalho não-capitalista realizado pelo capital não se restringe à desigualdade de intercambio a que está submetida. O capital requer, como contrapartida da negociação do conflito Capital x Trabalho em termos de jornadas laborais e salários, a sobre-exploração do trabalho camponês, ainda que este não esteja plenamente desprovido de seus meios de produção. Neste caso, a exploração não está somente no intercambio, mas se origina na própria natureza do processo imediato de produção, que se estrutura na fundamentação do racismo e do patriarcado como sustentação material e ideológica do capitalismo. O trabalho doméstico feminino também se inclui nesta lógica, como descreve Silvia Federici (2004, p. 148): “uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não-trabalho, o trabalho feminino se transformou em um recurso natural disponível para todos, não menos que o ar que respiramos ou a água que bebemos”.

Sobre o segundo aspecto mencionado, afirma Bartra (2016b, p. 163): “as rendas são diretamente proporcionais à escassez”. Em um contexto de “crise ambiental”, o capitalismo tende a se tornar cada vez mais rentista, isto é, escorar-se na lógica especulativa que valoriza a carência de disponibilidade de certos recursos naturais, fator que motivou e tem motivado a “reprimarização” de muitas economias, sobretudo nos chamados países emergentes, contexto alcunhado como “neoextrativismo” (GUDYNAS, 2010) ou “neodesenvolvimentismo” (ZIBECHI, 2010).

Ambos elementos demonstram a necessidade do sistema de satisfazer-se a partir de sua externalidade, ou seja, apropriando-se violentamente daquilo que não está circunscrito ao seu

domínio pleno. Trata-se, afinal, de um contínuo processo de transformação do bem comum em mercadoria, de cerceamento de bens e territórios comunais. O “bem comum” não se refere somente à terra, território ou recursos naturais, trata-se de uma relação social, de uma forma de ser e estar no mundo. Nesse sentido, ao argumentar acerca da necessidade capitalista de um “cerceamento” permanente dos bens comuns, estamos falando, nas palavras de Karl Polanyi, de uma também permanente “revolução dos ricos contra os pobres”.

Sobre o nascimento do direito agrário liberal na Inglaterra do século XVI, afirma Polanyi:

Eles [senhores e nobres] literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução (...), atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2000 p. 53)

Independente da formalidade da posse da terra, o que move a engrenagem da acumulação primitiva permanente é a destruição do tecido social comunitário e, com isso, a criação das possibilidades para o arranque de um processo de valorização da renda através da especulação dos bens escassos. Em nome da expansão da fronteira agrícola, ou pela mineração e projetos energéticos, a dinâmica extrativa e parasitária do capitalismo geofágico tem como agente antagônico as relações sociais comunitárias, estas que se desenvolvem em territórios de vida, em sua maioria camponeses e indígenas. Há de se lembrar que do outro lado da trincheira do conflito existem inúmeros mundos de vida que rejeitam a extinção e constroem, a partir de suas formas próprias de existência territorializada e sobre caminhos de muito sofrimento, horizontes de esperança não somente para si, mas para toda a humanidade, como é o caso dos povos camponeses indígenas da Serra Norte de Puebla, e muitos outros ao longo do continente.

Projetos civilizatórios alternativos à modernidade capitalista seguem cursando seus próprios caminhos e são “imprescindíveis para garantir de maneira autônoma o sustento de milhares de coletividades em todo o planeta e, com isso, a reprodução da vida humana e não humana” (NAVARRO, 2015, p. 10), produzindo alimentos e propiciando as condições materiais para a reprodução da biodiversidade.

Pensar lo común desde esta perspectiva, implica considerar que su materialización es posible a partir de ciertas prácticas sociales orientadas a garantizar y cuidar aquello

que se comparte. Al igual que el capital, lo común tampoco es fijo, estable o dado de antemano, al contrario, hay tensiones, conflictos y relaciones de lucha entre su constitución y existencia. Lo anterior significa que lo común sólo es posible a partir de relaciones sociales que -estando atravesadas en mayor o menor medida por el capital- luchan por su constante recreación o (...) por su re-constitución. (Idem, p. 10)

Nesse sentido, a noção de comum, vista como relação social, revela-se uma virtuosa categoria geohistórica e crítica ao capital, capaz de construir mundos de vida alternativos à modernidade capitalista.

Referências Bibliográficas

BARTRA, A. Con los pies sobre la tierra. Em: Se hace terruño al andar. Las luchas en defensa del territorio. BARTRA, A.; BETANCOURT, M. S.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Itaca, 2016a

BARTRA, A. Hacia un marxismo mundano. La clave está en los bordes. Itaca, 2016b.

BOEGE, E. El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México. INAH, 2008.

DE ANGELIS, M. "Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los 'cercamientos capitalistas', Theomai 26, Buenos Aires, Argentina, 2012.

DURÁN, Leonardo. Cables para conectar proyectos de muerte: la subestación y la línea de alta tensión entre Cuetzalan y Ayototxco. En: La Jornada de Oriente, 13 de diciembre de 2016.

FEDERICI, S. Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Traficante de Sueños, 2004.

GRIETA. Minería en la Sierra Norte de Puebla. EN:
<<http://www.grieta.org.mx/index.php/mineria/mineria-en-la-sierra-norte-de-puebla>> Acceso en: 12 de junio de 2017

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. Em: Más allá del desarrollo. 2010.

GUTIERREZ, R. Horizontes popular-comunitarios en México a la luz de las experiencias contemporáneas de defensa de lo común. Em: LINSALATA, L. (org) Lo comunitario-popular en México. Puebla: BUAP, 2016

IMDEC. Declaración de la primera jornada por el derecho a la vida y la tierra en la Sierra Norte de Puebla. Puebla, 12 de noviembre del 2015

LINSALATA, L. Lo comunitario popular en México. Puebla: BUAP, 2016

NAVARRO, M. Claves para repensar el despojo y lo común desde el marxismo crítico. Em: GARCIA, F. Los Movimientos Sociales en la Dinámica de la Globalización. UNAM, 2015.

OCMAL. Observatorio de conflictos mineros de América Latina. Cinco mil campesinos echan de Zautla a la minera china JDC. 26 de noviembre de 2012.

POLANYI, K. A grande Transformação: as origens de nossa época. 2. ed.- Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em: Ceceña, A. E. (Org.) Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado, CLACSO, Buenos Aires, 2006.

ZIBECHI, R. Brasil Potencia. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.